



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1000/2023, DE 2023
(Do Sr. Alex Manente)

*Requer informações ao
Ministério de Minas e Energia sobre
questões relacionadas à falta de
energia elétrica em São Paulo.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA, sobre questões relacionadas à falta de energia elétrica na capital paulista e em municípios da região metropolitana de São Paulo após o temporal da última sexta-feira, 3/11, nos seguintes termos:

1. As chuvas ocorridas em 3/11 foram o fator preponderante que motivou a falta de energia na capital paulista e região metropolitana, ou questões afetas à Enel Distribuição São Paulo também contribuíram para a magnitude do apagão;
2. Na avaliação do Ministério, há investimento insuficiente na infraestrutura elétrica, o que pode ter contribuído na amplitude do apagão;
3. Qual a previsão para que o serviço de energia elétrica seja totalmente reestabelecido nas cidades atingidas, e quais medidas serão adotadas e/ou propostas para prevenir e evitar futuras interrupções com tamanha magnitude;
4. Caso o período de reestabelecimento do fornecimento elétrico se prolongue além do suportável e tolerável, quais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

medidas serão tomadas em nível federal para punir e/ou penalizar a empresa Enel Distribuição São Paulo;

5. Quais as ações que o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pretendem adotar para viabilizar indenizações por prejuízos causados pela falta de luz em São Paulo;
6. Quais são as ações conjuntas que o MME e a ANEEL têm promovido junto aos órgãos estaduais e municipais no que tange ao reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica, ao ressarcimento de prejuízos a consumidores; ao aprimoramento da legislação e fiscalização do serviço; e à responsabilização dos que deram causa ao apagão de tamanha magnitude e por prazo tão alongado.

JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de novembro deste ano, um forte temporal atingiu a cidade de São Paulo e região metropolitana com ventos de mais de 100 km/h, derrubando árvores e afetando a fiação elétrica, interrompendo com isso a prestação de serviços essenciais que dependem do fornecimento de energia elétrica (tais como serviços hospitalares, de transporte público, de trânsito, escolas, de comunicação e internet, entre outros), afetando drasticamente toda a população, bem como empresas e comércios.

Nesse contexto, dada a demora em se reestabelecer e normalizar o fornecimento de energia elétrica na capital e região, tendo em mente os enormes prejuízos causados pelo prolongamento da interrupção e, principalmente, devido ao fato de o evento ter afetado cerca de 2,1 milhões de clientes da Enel Distribuição São Paulo, e de que até a manhã do dia 6/11, cerca de 413 mil residências continuavam sem energia após 64 horas do temporal, faz-se necessário que este Parlamento intervenha na questão, com o objetivo de obter informações, esclarecimentos ou documentos que possam ser





CÂMARA DOS DEPUTADOS

úteis para o exercício de suas atribuições constitucionais.

Assim, tendo em vista a relevância do tema em um cenário em que os eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes, é imprescindível que as entidades do Setor Elétrico, capitaneadas pelo Ministério de Minas e Energia, se debrucem sobre o ocorrido, buscando não só reestabelecer o fornecimento, mas também propor soluções regulatórias e técnicas que evitem ou minimizem os impactos de um futuro apagão.

Nesse sentido, o presente instrumento legislativo busca não só dar maior transparência aos nobres pares e à sociedade, mas, principalmente, iniciar uma discussão neste Parlamento acerca da necessidade de se aprimorar o arcabouço legislativo não só do setor elétrico, mas também de outros campos que envolvem serviços municipais essenciais e sensíveis, as relações comerciais e defesa dos consumidores e juizados, etc, na tentativa de superar os desafios que se apresentam.

Pelos questionamentos e razões apresentados é que encaminhamos o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de novembro de 2023.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP

